

EDcl no RECURSO ESPECIAL Nº 1.851.864 - TO (2019/0363573-7)

RELATORA : MINISTRA MARIA ISABEL GALLOTTI
EMBARGANTE : AYMORE CREDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO S.A.
OUTRO NOME : BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A
ADVOGADO : DENNER DE BARROS E MASCARENHAS BARBOSA E OUTRO(S) - TO005836
EMBARGADO : JANE AUGUSTO GUIMARÃES GONÇALVES
ADVOGADA : DANIELA AUGUSTO GUIMARÃES - TO003912

DECISÃO

Trata-se de embargos de declaração opostos por BANCO SANTANDER BRASIL S.A., contra a decisão de fls. 220/222, e-STJ, desta relatoria, que deu provimento ao seu recurso especial para redimensionar a multa cominatória para o valor de R\$ 500,00 (quinhentos reais) por dia, considerando o cenário de 65 dias de descumprimento de decisão judicial.

A embargante sustenta que a decisão embargada foi omissa ao não se manifestar pela limitação do valor total da multa cominatória ao da obrigação principal imposta, qual seja, R\$ 10.000,00 (dez mil reais).

Intimada, a parte embargada apresentou impugnação pelo não acolhimento dos embargos (fls. 252/262, e-STJ).

Relatados, passo a decidir.

Nos termos do art. 1.022 do CPC/2015, os embargos de declaração são cabíveis quando há omissão, contradição, obscuridade ou erro material na decisão embargada.

Na espécie, verifica-se que a decisão embargada, de fato, não se pronunciou acerca da possibilidade de limitação do montante total fixado a título de multa cominatória ao valor da condenação principal de indenização por dano moral no total de R\$ 10.000,00 (dez mil reais).

Cumprе assinalar, entretanto, que não houve debate acerca do caráter acessório da multa cominatória capaz de ensejar a sua limitação aos contornos da obrigação principal, e sequer foram opostos embargos de declaração na origem para suprir eventual omissão sobre esse aspecto, o que torna inviável sua análise, ante a ausência do requisito indispensável do prequestionamento, do qual não estão isentas

sequer as questões de ordem pública. Incidem, na hipótese, os óbices das Súmulas 282 e 356 do Supremo Tribunal Federal.

Nesse sentido:

AGRAVO INTERNO NO AGRAVO (ART. 544 DO CPC/73) -
AÇÃO REVISIONAL DE CONTRATO BANCÁRIO - DECISÃO
MONOCRÁTICA NEGANDO PROVIMENTO AO RECLAMO.
INSURGÊNCIA DO AUTOR.

1. Em relação ao artigo 396 do Código Civil, incidem os enunciados das Súmulas 282 e 356 do Supremo Tribunal Federal, ante a ausência de prequestionamento, porquanto a matéria contida em tal dispositivo não teve o competente juízo de valor aferido, nem interpretada ou a sua aplicabilidade afastada ao caso concreto pelo Tribunal de origem.

2. A despeito de o insurgente afirmar não ter manejado o reclamo com base na alínea "c" do permissivo constitucional, em uma simples leitura da folha de apresentação do recurso especial depreende-se que o apelo foi interposto com fundamento "nas alíneas 'a' e 'c' do inciso III do artigo 105 da Constituição da República". Assim, não tendo a parte logrado comprovar o referido dissenso jurisprudencial, adequada a monocrática que não conheceu do recurso no ponto.

3. Agravo interno desprovido.

(AgInt no AREsp 1.112.475/SP, Rel. Ministro MARCO BUZZI, QUARTA TURMA, julgado em 19.10.2017, DJe 25.10.2017).

Em face do exposto, acolho os embargos de declaração sem efeitos infringentes.

Intimem-se.

Brasília, 18 de março de 2020.

MINISTRA MARIA ISABEL GALLOTTI
Relatora